

1- No caso de conduta acobertada por circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena , deverá o juiz:

- (A) suspender o curso do processo até que o acusado se restabeleça;
- (B) nomear curador ao réu, prosseguindo com o processo;
- (C) absolver sumariamente o acusado;
- (D) decretar a prisão preventiva do acusado em face da manifesta periculosidade.
- (E) impor ao acusado medida de segurança;

2- Em tema de ação penal, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da indivisibilidade da ação penal obriga a que esta seja exercida em face de todas as pessoas contra as quais existam indícios de autoria da infração penal;
- (B) o princípio da obrigatoriedade da ação penal faculta ao Ministério Público eleger em face de quem caberá exercer ação penal;
- (C) o princípio da indisponibilidade da ação penal impede o Ministério Público de renunciar ao exercício da ação penal, optando pelo arquivamento do inquérito policial;
- (D) o princípio da oficialidade da ação penal obriga o ofendido a propor ação penal privada;
- (E) o princípio da oportunidade da ação penal obriga o ofendido a propor ação penal exclusivamente privada no prazo de quinze dias, a contar da data em que vem a saber quem é o autor da infração penal.

3 - Em tema de Justiça Penal consensual, no âmbito dos juizados especiais criminais previstos na Lei nº 9.099/95, assinale o item que corresponde ao instituto da aplicação direta de pena mediante acordo entre as partes:

- (A) conciliação civil com eficácia penal;
- (B) transação penal;
- (C) suspensão condicional do processo;
- (D) suspensão condicional da pena;
- (E) exigência de representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa.

4- Em tema de Juizados Especiais Criminais e suspensão condicional do processo, à luz do disposto na Lei n. 9.099/95, presentes os demais requisitos legais, caberá suspensão condicional nos crimes em que:

- (A) a pena mínima cominada não exceda a dois anos;
- (B) a pena máxima cominada não exceda a quatro anos;
- (C) a pena mínima cominada não exceda a quatro anos;
- (D) a pena máxima cominada não exceda a um ano;
- (E) a pena mínima cominada não exceda a um ano.

5 - Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz:

- (A) no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ao procurador-geral e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender;
- (B) no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, determinará o retorno dos autos ao órgão do Ministério Público para que ofereça denúncia;
- (C) no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ao órgão do Ministério Público a que couber substituir automaticamente o requerente;
- (D) ainda que considere improcedentes as razões invocadas, estará obrigado a atender;
- (E) no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ao representante legal da vítima, autorizando-o a promover a ação penal.

6 - Salvo disposição em contrário, o prazo para o exercício da ação penal subsidiária da pública no crime de induzimento a erro ou ocultação de impedimento matrimonial previsto no artigo 236,pu do CP será:

- (A) de seis meses, a contar do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime;
- (B) de três meses, a contar do trânsito em julgado da sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento;
- (C) de quinze dias, a contar do dia do encerramento do inquérito policial;
- (D) de seis meses, a contar do dia em que se esgotar o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia;
- (E) de seis meses, a contar do trânsito em julgado da sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento.

7-No cometimento de infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito.

- (A) Depois de cessada a permanência;
- (B) No momento do cometimento da primeira infração
- (C) Enquanto não cessar a permanência
- (D) Logo após praticadas as infrações
- (E) Nenhuma das opções é correta

8-Manoel Vaqueiro foi preso em flagrante. Na localidade onde a prisão se efetuou não há autoridade. O que ocorrerá?

- (A) Será ele colocado imediatamente em liberdade
- (B) Ficará sob a guarda de duas pessoas idôneas
- (C) Será apresentado a autoridade do local mais próximo
- (D) Será encaminhado à Secretaria de Segurança Pública
- (E) Não será lavrado o flagrante

9- Suponha que João tenha se utilizado de conduta fraudulenta para receber de Maria quantia que esta lhe devia e se negava a pagar voluntariamente. Nessa situação:

- (A) João não cometeu crime;
- (B) João cometeu crime de exercício arbitrário das próprias razões;;
- (C) João cometeu crime de estelionato;
- (D) João cometeu crime de furto qualificado pela fraude
- (E) João cometeu crime de apropriação indébita.

10- Sentido-se acuado por um cão de grande porte, e não tendo para onde fugir, o pedreiro José abateu o animal com única marretada. Ocorre que o cão pertencia a Mário, era manso e, em busca de afagos, invadira o parque de obras no qual se encontrava José.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) Não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa;
- (B) Não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa putativa;
- (C) Não configurou infração penal punível, em razão de estado de necessidade putativo;
- (D) Configurou crime de dano

GABARITO:

- 1- C;
- 2- A
- 3- B
- 4- E
- 5- A
- 6- E
- 7- C
- 8- C
- 9- B
- 10- C